

ARTIGO

AS PECS DE REFORMA TRIBUTÁRIA PARA O SETOR RURAL



Uma das reformas mais aguardadas pelo setor produtivo e também por grande parte da população brasileira é a que envolve a cobrança de tributos. Atualmente, existem duas Propostas de Emenda à Constituição referentes à reforma tributária tramitando, simultaneamente, na Câmara dos Deputados (PEC n.45) e no Senado Federal (PEC n.110).

Guardadas as devidas proporções, as duas propostas apresentam convergência e alteram a forma de cobrança, que passa a ser no consumo e não na produção, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em substituição a uma série de tributos. A PEC 45 abrange a extinção de cinco tributos (PIS, COFINS, IPI, ISS e ICMS), enquanto a PEC 110 unifica, além desses cinco tributos, outros quatro impostos federais (IOF, salário-educação, Cide-combustíveis e Pasep).

Com a criação do IBS, fica estipulada a tributação sobre o consumo e, depois de tributado, cada segmento da cadeia produtiva terá direito a um crédito para ser utilizado na próxima etapa. Ou seja, a idéia do imposto único é utilizar o que foi pago na cadeia anterior para aproveitar na cadeia subsequente. E é justamente essa unificação de impostos que preocupa os pequenos e médios produtores rurais, pois as duas propostas tratam pessoas físicas e jurídicas de forma igualitária.

Atualmente, cerca de 98% dos produtores rurais são pessoas físicas. Na cadeia leiteira, por exemplo, 98% dos fornecedores são pequenos e médios produtores, que não possuem livro-caixa, não contam com o auxílio de um contador e, muitas vezes não têm acesso à tecnologia. Além disso, 98,5% dos produtores rurais não estão obrigados a ter escrituração fiscal eletrônica, que é o livro de caixa eletrônico, o que dificulta a obtenção de informações precisas.

A verdade é que não existe grande formalização da contabilidade do produtor rural brasileiro, gerando dificuldades para que ele saiba quanto pagou na cadeia anterior e quanto caberá na cadeia subsequente. A pergunta é: como os produtores conseguirão demonstrar o quanto pagaram de impostos ou quanto eles despenderam para que no ano seguinte eles possam gozar do crédito?

É justamente essa unificação de impostos que preocupa os pequenos e médios produtores rurais

Para sanar essa questão, está em discussão a implantação de um sistema que poderá simplificar o registro contábil de pessoas físicas, mas ainda em nível de debate. O certo é que a reforma tributária é bastante esperada no nosso país, diante da existência de um número exacerbado de normas tributárias nos três níveis de Governo: União, Estados e Municípios.

As PECs estão em discussão em uma comissão mista formada por deputados e senadores. É primordial que os parlamentares construam uma proposta que considere as características do meio rural e crie alíquotas diferenciadas para que o setor tenha condições de se desenvolver e ser mais competitivo, para que continue contribuindo de forma substancial com a economia brasileira.

**Leandro Facchin é advogado, vice-presidente da Comissão de Direito Agrário da OAB-MT e especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)**  
e-mail: leandro.facchin@irajalacerdaadvogados.com.br

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>JORNAL DIÁRIO DA SERRA</b><br><br>Propriedade da<br><b>AJOTA</b><br><b>ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA</b><br>CNPJ: 29.464.235/0001-16<br><br>Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões<br>78300-000 Tangará da Serra-MT<br><br><b>ISSN 22386467</b>                                                                                 | <b>REDAÇÃO</b><br>DIREÇÃO DE JORNALISMO<br><b>Fabíola Tormes</b><br>CONTATO<br>ds@diariodaserra.com.br<br>Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do <b>DIÁRIO DA SERRA</b><br>(65) <b>99809.2921</b> <br>www.diariodaserra.com.br<br>www.ds.jor.br |
| <b>TIRAGEM</b><br>1 MIL EXEMPLARES<br><b>CIRCULAÇÃO</b><br>Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso.<br><b>CENTRAL DO ASSINANTE</b><br>(65) <b>3326.6501</b>  | <b>DEPARTAMENTO COMERCIAL</b><br>PUBLICIDADE ASSINATURA<br>PUBLICIDADE LEGAL<br><b>Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA</b><br><br>SERVIÇOS GRÁFICOS<br><b>E. Tormes e Cia. LTDA</b><br>CNPJ: 14.048.123/0001-07<br><br>CONTATO: adm@diariodaserra.com.br<br>Fone: (65) <b>3326-4724</b>                                               |

PERÍODO PROIBITIVO

Bombeiro inicia 'Temporada de Incêndios Florestais' com ativação de sala de monitoramento



Inauguração do espaço

Plataforma dará maior resposta aos incêndios florestais

FABÍOLA TORMES / Redação DS

O período proibitivo de queimadas na zona rural de Mato Grosso iniciou oficialmente na quarta-feira, 1º de julho, e se estender até 30 de setembro. A decisão leva em consideração fatores climáticos e riscos que a poluição do ar traz à saúde humana, especialmente em um momento que o mundo enfrenta a pandemia da Covid-19, que é uma síndrome respiratória.

Para marcar o início da Temporada de Incêndios Florestais, o Comando Regional VI do Corpo de

Bombeiros, com sede em Tangará da Serra, realizou na quarta uma cerimônia de ativação de sala de situação descentralizada. O espaço está presente em todas as sete regionais do CBMMT e têm a finalidade de gerir todos os recursos disponíveis para os ciclos da temporada de incêndios florestais dentro de sua área de abrangência operacional.

“A sala funcionará com uma equipe, 24 horas, fazendo o monitoramento de todos os focos de calor na regional. Um trabalho que demanda bastante esforço, com um grande número de militares (...) um trabalho árduo, com objetivo diminuir os focos de queimada na nossa região”, ressalta o Chefe da Sala de Situação da Regional VI, Tenente BM Valmir

Estevão Rampim, ao afirmar que mesmo em época de pandemia, o trabalho não pode parar. “Essa sala que passa o local onde está ocorrendo o incêndio (...) para combate e fiscalização, entre outros trabalhos inerentes ao Corpo de Bombeiros”.

A plataforma proporcionará a maior celeridade no lançamento de informações e o controle do efetivo, equipamentos e viaturas empregados nas operações de prevenção e resposta aos incêndios florestais no estado. Todo o sistema é monitorado via satélite, que oportuniza uma visão real do que está ocorrendo em toda a regional. “Nossos militares estarão na sala de olho no sistema e as equipes de solo dando o primeiro combate”.

RESPOSTA RÁPIDA

Bombeiros terão mais quatro bases descentralizadas na Regional VI

FABÍOLA TORMES / Redação DS

O Comando Regional VI do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso é responsável por 18 municípios e conta com a atuação de três companhias – a 3ª Companhia Independente de Bombeiros Militar de Tangará da Serra, o Núcleo de Bombeiros Militar de Campo Novo do Parecis e a 14ª Companhia de Juina.

Neste ano, como parte das ações da fase de respostas dos incêndios florestais de 2020, a Regional terá ainda quatro bases descentralizadas de bombeiros – Colniza, Alto Paraguai, Diamantino e Aripuanã. “A partir de hoje vamos estar com equipes de 10 em 10 dias nesses locais, com intuito de minimizar e reduzir os incêndios florestais na nossa regional”, explica o Comandante do Comando Regional VI

do Corpo de Bombeiros, Tenente Coronel BM José Neto da Silva Lima, ao ressaltar que essas equipes complementarão o trabalho realizado nas companhias.

O lançamento da temporada de incêndios foi realizado na manhã de quarta-feira, 1º, ocasião em que foi realizada a ativação de sala de situação da Regional VI, assim como a entrega de viaturas e equipamentos. (Com informações Gilvan Mello)